



FUNDAÇÃO
Ricardo
do Espírito
Santo, Silva.

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2012



Ricardo
Espírito
Santo Silva

ANO ECONÓMICO DE 2012

RELAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Conselho Directivo

PRESIDENTE – Dr. Luís Ferreira Calado

VOGAL NATO – Dr. Nuno Leite de Faria

VOGAL NATO – Dr^a Elsa Roncom Santos

VOGAL NATO – José Medeiros Tavares
(António Valdemar)

VOGAL – Dr^a Berta Bustorff

VOGAL – Dr. Francisco Murteira Nabo

VOGAL – Dr. Henrique Granadeiro

Lisboa,

17. Setembro. 2013

ÍNDICE

I RELATÓRIO

APRESENTAÇÃO

O ANO DE 2012 NO CONTEXTO DA ESTRATÉGIA GLOBAL

EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

ANÁLISE DO BALANÇO

ANÁLISE DOS RESULTADOS

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

II BALANÇO

III DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

IV DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

V DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

VI ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10/11/2013
sc
27

I

RELATÓRIO

APRESENTAÇÃO

Ricardo
do Espírito
Santo Silva

01. A Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva (FRESS) é uma pessoa colectiva de reconhecida utilidade pública e natureza privada, criada na cidade de Lisboa em 1953 por iniciativa do Dr. Ricardo Ribeiro do Espírito Santo Silva com os bens e valores por ele doados à Fundação com o intuito de criar o Museu-Escola de Artes Decorativas Portuguesas (Decreto-Lei nº 39.190 de 27 de Abril de 1953).
02. A Fundação tem por objecto a arte de saber-fazer nas artes decorativas e relacionadas, enquanto património cultural e artístico, designadamente nas suas vertentes museológicas, académicas, oficiais e de conservação e restauro.
03. A Fundação tem por missão a preservação, divulgação, ensino e investigação da arte de saber-fazer:
 - (i) Por via do Museu, conservando e promovendo a divulgação das artes decorativas e relacionadas nomeadamente da colecção de Artes Decorativas Portuguesas que constitui o acervo museológico da Fundação;
 - (ii) Por via das Escolas, promovendo o ensino e investigação na arte de saber fazer, nas artes decorativas e relacionadas;
 - (iii) Por via das Oficinas, assegurando a perpetuação dessa arte de saber fazer garantindo a sua existência patrimonial.
 - (iv) Por via do Departamento de Conservação e Restauro, promovendo a conservação e restauro no domínio das artes decorativas e relacionadas, conjugando a arte de saber fazer oficial com o saber como fazer derivado das técnicas e métodos associados à disciplina de conservação e restauro.
04. Nos termos do Decreto-Lei que criou a Fundação, o Conselho Directivo integra, para além do Presidente, um representante da família do Fundador e dois vogais representantes do Estado nomeados por inerência dos cargos desempenhados na Administração, e três vogais convidados.

O Presidente do Conselho Directivo desempenha, neste caso, a tempo inteiro o cargo de Administrador-Delegado, único cargo remunerado.

Presidente:

Dr. Luís Ferreira Calado

Vogal representante da Família do Fundador:

Dr. Nuno Leite de Faria

Vogal representante do Ministério das Finanças/ Directora Geral do Tesouro e Finanças:

Dr^a Elsa Maria Roncon Santos

Handwritten marks and stamps in the top right corner, including a circular seal and the name "Ricardo do Espírito Santo Silva".

Vogal representante do Ministério da Cultura / Presidente da Academia Nacional de Belas Artes:

Sr. José Stone de Medeiros Tavares / António Valdemar


Vogais convidados:

Dr^a Berta Bustorff

Dr^o. Henrique Granadeiro

Dr^o Francisco Murteira Nabo

05. Durante o exercício de 2012 não se verificou nenhuma saída nem entrada dos elementos do Conselho Directivo. Ao longo do ano o representante do Ministério da Cultura, por motivos pessoais, não participou em nenhuma reunião do Conselho Directivo.

14/6

 Ricardo
 Espírito
 Santo Silva
 1073
 32
 7.1

O ANO DE 2012 NO CONTEXTO DA ESTRATÉGIA GLOBAL

06. O exercício correspondente ao ano económico de 2012 deve, em rigor, ser analisado no contexto mais alargado da estratégia de sustentabilidade e viabilidade do Projecto FRESS posta em prática a partir de 2006. Com efeito, após a resolução em Janeiro de 2008 da dívida bancária acumulada em exercícios anteriores, com recurso a verbas do Orçamento do Estado de 2007 e ao perdão parcial da dívida pelo Banco Espírito Santo, prosseguiu em 2012 o processo de clarificação do estatuto da Fundação e do seu papel no contexto da Sociedade em geral, e da política cultural em particular, mais especificamente nos domínios do ensino, formação e preservação do património em artes decorativas e na conservação e restauro.

Neste capítulo o ano ficou marcado pelo Inquérito / Censo às Fundações que o Governo entendeu levar a cabo por via da Lei nº 1/2012, de 3 de Janeiro. Complementarmente, foi publicada a Lei nº 24/2012, de 9 de Julho, denominada Lei-Quadro das Fundações que veio obrigar à revisão dos Estatutos das Fundações tendo em vista a sua adaptação aos novos dispositivos e filosofia definidos na citada lei.

O processo de revisão dos estatutos da FRESS, que obrigará à elaboração de um Decreto-Lei, foi iniciado este ano e encontrava-se em curso no final do ano, esperando-se que esteja concluído no primeiro semestre de 2013.

07. A FRESS respondeu em tempo oportuno ao Censo, tendo, de acordo com o Relatório Final sobre a Avaliação da Fundações promovido pelo Governo (Secretário de Estado da Administração Pública / Fevereiro de 2013), obtido a pontuação final de **56,4** pontos numa escala de 0 a 100.

<u>Factor</u>	<u>Pontuação</u>
Pertinência / Relevância	70,0
Eficácia	68,5
Sustentabilidade	43,8

08. A FRESS apresentou em 3 de Setembro de 2012, em sede de audiência prévia, um conjunto de observações contestando a avaliação efectuada correspondente a alguns subfactores, que até ao momento não obteve resposta a não ser a confirmação final da avaliação feita inicialmente, e que em nosso entender

conduziu a uma subavaliação desses subfactores e consequentemente à subavaliação da pontuação final.

A título de exemplo, refira-se que a avaliação derivada da situação patrimonial ficou a dever-se a um erro de preenchimento do inquérito resultante da maneira como a pergunta foi elaborada. Esta situação ocorreu igualmente com outras fundações. Com efeito, contrariamente ao considerado pelos avaliadores e carreado para a avaliação final, a situação patrimonial da FRESS não diminuiu, pelo contrário aumentou. Nem poderia ter diminuído já que por lei os bens doados pelo Fundador não podem de forma alguma ser alienados. (Decreto-Lei nº 39.190, de 27 de Abril de 1953).

Ao subfactor respeitante aos apoios financeiros no triénio 2008/2010 foi-lhe atribuído pelos avaliadores um valor de 50 pontos quando em nossa opinião deveria ter sido de 80 pontos.


Em bom rigor, caso estas duas reclamações tivessem sido devidamente consideradas, a pontuação do factor sustentabilidade seria de 61 pontos e, consequentemente a pontuação final seria de **65 pontos**, em vez dos 56,4 atribuídos.

Ainda assim, a nota global final atribuída pelos avaliadores à FRESS (56,4) está bem acima da média geral sendo de destacar os factores “Pertinência/ Relevância” (70,0 em 100) e Eficácia (68,5 em 100). O factor Sustentabilidade reflecte as enormes dificuldades de um projecto cultural e patrimonial como este encontrar níveis de autofinanciamento apreciáveis. Recorde-se que o autofinanciamento deriva fundamentalmente das receitas próprias, uma vez que a Fundação não tem um rendimento fundacional de raiz, e aquelas resultam directamente do comportamento dos mercados. Apesar de tudo, e em plena crise económica, a pontuação deste factor acabou por ser também ele acima da média do conjunto das fundações abrangidas pelo Censo.

09. Para se ter uma ideia mais geral do enquadramento da FRESS no universo fundacional, com base nos elementos incluídos no citado Relatório de Avaliação, elaborou-se o seguinte quadro que, sem identificar o nome das fundações, se comparam os valores do apoio financeiro (2008/2010), a percentagem dos apoios públicos no contexto dos proveitos globais, emprego criado e a avaliação final. Este universo das principais 20 fundações (públicas, público-privadas e privadas) traduz as que mais se relacionam financeiramente com o Estado, por via dos apoios públicos.

4/1
Ricardo
Santos Silva
BIB

4.6


Ricardo Albuquerque
Santo Silva

[Handwritten signature]

Fundação	Apoio financeiro 2008-2010 (em euros)	% Apoio público	Emprego (a) (nº p.t.)	Avaliação (pontos)
1	38.913.358	22.2	(...)	46.8
2	37.984.970	76.1	196	46.5
3	14.305.848	48.5	103	56.7
4	13.483.000	0.7	520	59,3
5	13.339.996	83.7	28	50.6
6	11.922.240	82.8	40	39.8
7	9.060.102	94.6	187	43.4
8	8.818.675	96.8	64	32.2
9	7.180.664	80.8	59	59,3
10	7.097.189	18.4	(...)	72.3
11	5.015.861	85.0	98	26.3
12	3.469.211	53.0	104	55.7
13	2.625.737	21.2	39	45.2
14	2.518.314	93.1	71	34.5
15	1.872.430	83.2	16	55.0
16	1.792.281	71.4	64	48.6
17	1.790.630	56.9	29	28.7
18	1.597.266	54.1	24	36.4
19	1.522.606	4.0	73	63.5
20	1.510.453	42.7	33	42.8
Média	9.291.041	58.5	97	47.2
FRESS	673.640	6.9	174	56.4

(a) Na óptica do censo inclui colaboradores

A leitura desta tabela permite avaliar e situar a FRESS no contexto das principais 20 fundações, públicas e privadas, ou seja aquelas que mais beneficiaram no período 2008-2010 de maior apoio financeiro do Estado.

Assim, comparativamente com este universo e tomando como referência a sua média, a FRESS:

- (i) É a fundação que menos apoio público obteve no período. Cerca de 93% abaixo da média deste universo de fundações;
- (ii) Apresenta um ratio de dependência dos apoios públicos de 6,9%, isto é, oito vezes e meia inferior à média deste universo;

Handwritten signature and stamp of Ricardo do Espírito Santo Silva, with the number 1373 written below.

- (iii) Apresenta um volume de emprego (directo) 79,4% acima da média deste universo de fundações;
 - (iv) Recebeu em média 92 euros/ p.t./ mês, contra os 2.281 euros/ p.t. /mês da média destas 20 fundações. (Refira-se, como termo de comparação, que em 2011 o valor bruto da remuneração mensal da FRESS foi de 1.079 euros por posto de trabalho);
 - (v) Apresenta uma avaliação 19,5% acima da média deste conjunto de fundações;
 - (vi) Considerando este universo de fundações é uma das 3 que menos depende dos apoios financeiros públicos (< 20%); é uma das 4 que mais emprego cria (> 170 p.t.) e neste contexto ocupa o 6º lugar no conjunto da avaliação;
 - (vii) Se alargarmos este universo ao conjunto das 35 fundações que obtiveram apoios financeiros públicos maior que o da FRESS neste período (2008/2010), esta obteve o 8º lugar no conjunto da avaliação. Ou seja, das 35 fundações que foram mais beneficiadas que a FRESS, neste período, com apoios financeiros públicos, só 7 obtiveram uma avaliação melhor (e ainda assim 5 delas com uma diferença de décimas).
10. Esta análise serve tão somente para pôr em evidência a desproporcionalidade dos apoios públicos concedidos a esta Fundação no contexto do universo fundacional o que tem conduzido a uma forte dependência dos níveis de autofinanciamento que, por sua vez, são fortemente determinados pelo comportamento dos mercados. Ou seja, em período de crise e recessão económica, não surpreende que se verifiquem dois fenómenos: resultados líquidos negativos acumulados e aumento do endividamento, apesar da política de forte contenção de custos.

Recordamos aqui o pacto inicial da criação da Fundação em 1953, Decreto-Lei nº 39.190 de 27 de Abril, aquando da doação da colecção pelo Fundador:

“Perante tão elevada iniciativa, que não descurou mesmo a instalação do museu num antigo e típico palácio de Lisboa, devidamente restaurado, julga-se que a melhor forma de corresponder à demonstração de amor ao bem público que representa será auxiliar o Dr. Ricardo do Espírito Santo Silva a continuar a sua obra, assegurando a esta as condições jurídicas e económicas de vida e o carácter de perpetuidade que o interesse do país exige que se lhe dê”.
(Preâmbulo)

“Será anualmente inscrita no orçamento do Ministério das Finanças uma verba destinada à concessão dos subsídios de cooperação e eventuais ...” (§ 1º do Art.º 2º).

Finalmente, destaque-se o facto de o Censo ter reconhecido uma pontuação de 70 em 100 no factor Pertinência/ Relevância e de 68,3 em 100 no factor Eficácia.

14
6
Ricardo Espírito Santo Silva
MB
sc.
J

Ou seja, apesar do nível excelente da eficácia demonstrada e do elevado reconhecimento da sua pertinência e relevância, a FRESS não teve o correspondente e devido reconhecimento ao nível dos apoios públicos o que é mais notório quando comparado com a situação de outras fundações públicas e privadas.

- II. Os resultados apurados correspondentes ao ano económico de 2012, principalmente atendendo ao contexto da crise económica instalada e que se prevê que se prolongue por mais alguns anos, obrigam necessariamente a uma reflexão e, quiçá, a um reajustamento da estratégia global definida em 2006.

Com efeito, a estratégia de recuperação económica e da sustentabilidade da Fundação desenhada em 2006, tomando por base os últimos anos designadamente 2005, mostrou-se bastante eficaz até ao ano de 2009 com a evidência de uma significativa melhoria de todos os indicadores económicos, nomeadamente o EBITDA e os resultados líquidos anuais, derivado do significativo crescimento das receitas próprias e de uma forte contenção/ redução dos custos de funcionamento.

Apesar da crise económica generalizada instalada a partir de 2008, foi possível à FRESS manter o rumo estratégico definido à partida com a obtenção de resultados ainda assim relevantes quer em 2009 (o melhor ano da série aqui considerada) quer em 2010.

Porém, a persistência e o agravamento da crise económica com forte impacto na recessão dos mercados e da procura interna, e bem assim das receitas próprias, determinou a inversão desta tendência em 2011 e 2012.

Em 2012 a situação foi significativamente agravada quer por não ter sido possível contar com o apoio do Estado por via do Fundo de Fomento Cultural (200.000 euros) quer pelo agravamento dos custos financeiros associados à conta caucionada que tem sido utilizada quer para fazer face às dificuldades económicas derivadas da actividade corrente (pagamento de vencimentos) quer das dificuldades de tesouraria derivadas do atraso de pagamento por parte dos clientes com destaque especial para as autarquias, cujos prazos de pagamento ultrapassaram mais de um ano. Por outro lado, o ano de 2012 não foi muito propício à captação de mecenato interno por razões também elas associadas à crise económica e ao grau de incerteza que se instalou de uma forma generalizada na sociedade portuguesa.

Ou seja, dependendo fortemente dos mercados e em período de acentuada recessão económica, a FRESS sentiu nos dois últimos anos o impacto da crise evidenciando enormes dificuldades económicas, financeiras e de tesouraria.

O ano económico de 2012 ficou marcado por uma forte contracção de todas as componentes da procura interna e um decréscimo estimado em 3% do produto interno bruto face ao ano anterior. Entre 2009 e 2013, de acordo com as estimativas do Banco de Portugal a queda do produto interno bruto terá sido de

7,4% e as previsões desta instituição para os próximos anos é de continuidade da tendência recessiva dos mercados.

Ricardo
Abreu Silva

Orçamento de Funcionamento

	taxa de crescimento anual			
	2009/2005 (média anual)	2010	2011	2012
Receitas próprias (a)	+ 23,0%	- 20,4%	- 21,6%	- 1,8%
Custos operacionais (b)	+ 2,6%	- 5,1%	- 10,7%	+ 6,6%
Resultados antes de amortizações, juros e impostos	+ 30,0%	+ 64,6%	- 43,2%	- 231,0%
Resultados líquidos	+ 24,5%	+ 35,9%	- 19,9%	- 108,8%

(a) Vendas + prestações de serviços / não inclui subsídios e mecenato

(b) Despesas c/ pessoal + FSE + custo de matérias primas

12. Nos três últimos anos, a FRESS terá perdido potencialmente 2,5 milhões de euros de receitas próprias, a uma média de 840 mil euros/ ano, cerca de - 32%/ ano, comparativamente com o valor atingido em 2009, reflexo da crise económica e do comportamento recessivo dos mercados (menos clientes, menos obras e menos alunos). Esta redução de volume de receitas próprias não foi devidamente compensada com o apoio e reforço estatal como seria expectável atendendo ao compromisso expresso no diploma que instituiu esta Fundação (inclusivamente como ficou dito anteriormente, em 2012 a FRESS não contou com o apoio estatal via Fundo de Fomento Cultural). Derivado igualmente da crise económica, não foi possível captar novos mecenas e um maior volume de mecenato.

Nestas condições, não surpreende que os indicadores económicos da actividade corrente da FRESS e da sua situação financeira tenham sofrido um agravamento em 2012.

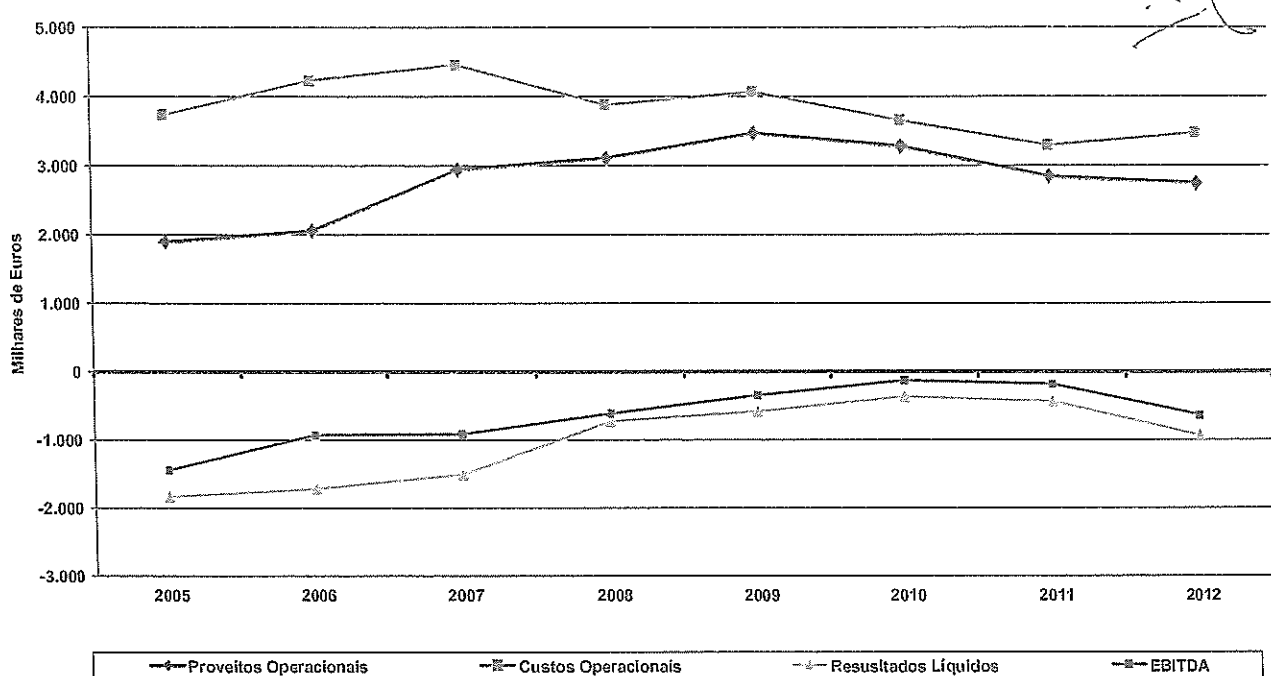
	(milhares de euros)							
	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>
Proveitos operacionais	1.885	2.501	2.938	3.106	3.464	3.271	2.833	2.733
Custos operacionais	3.722	4.223	4.452	3.874	4.058	3.652	3.289	3.463
Resultados operacionais (a)	- 1.430	- 1.175	- 708	- 678	- 569	- 326	- 390	- 852
Resultados líquidos	- 1.837	- 1.722	- 1.514	- 768	- 594	- 381	- 456	- 954

(a) Resultados antes de imposto e juros

E CONTAS 2012

4p Li
 7/11
 10/11
 10/11
 10/11

GRAFICO I



13. Os efeitos da quebra da actividade e sobretudo da redução das receitas próprias, neste período (2010/2012) foram parcialmente atenuados e absorvidos pela redução dos custos de funcionamento em níveis apreciáveis nos anos 2010 e 2011, contrariamente ao que sucedeu em 2012. Com efeito, face à rigidez dos custos de funcionamento, ao esforço já efectuado nesse sentido nos anos anteriores, ao elevado montante dos juros suportados com a conta caucionada, e alguma despesa associada a gastos de cariz estrutural (leasing), em 2012 não foi possível acomodar a redução das receitas próprias na redução dos custos de funcionamento.

Variação Anual

	2010	2011	2012
Receitas próprias	- 531.836	- 448.653	- 29.960
Custos operacionais	- 264.583	- 346.730	+ 188.303
• Pessoal	- 34.469	- 94.790	+ 59.485
• FSE	- 228.402	- 200.968	+ 135.990
• CMVC	- 1.712	- 50.972	- 6.162
Agravamento (reflexo nos prejuízos)	267.253	101.923	-
Compensação do agravamento pela redução dos custos operacionais (em %)	49,7%	77,3%	-

Esta situação houvera sido prevista no último Relatório e Contas (2011) quando no ponto 14 se afirmou: “Quer isto dizer que, a partir de determinado nível de arrefecimento da actividade global não será mais possível reduzir os custos sem que isso ponha em causa o projecto global e provoque danos irreparáveis a curto e médio prazo”. Esse “determinado nível” pode ter ocorrido em 2012, e como tal, importa repensar a estratégia adoptada até agora e tomar medidas estruturais mais ajustadas à realidade de crise económica, tendo o cuidado de não pôr em causa a natureza e a essência do projecto inicial concebido pelo Fundador e sem as quais esta Fundação perde a razão de existência.



Ricardo
dos Santos
Santos Silva

10/10

se

10/10

10/10

EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

DA ACTIVIDADE CORRENTE

14. A actividade corrente em 2012, comparativamente com o ano anterior, apresenta uma redução do volume de negócios/ receitas próprias, reflexo directo da crise económica generalizada que se instalou no país.

QUADRO - I	2011 (euros)	2012 (euros)	Variação 2012/11
• Vendas e prestação de serviços	1.624.059	1.594.099	- 29.960
• Subsídios	1.030.683	922.809	- 107.874
• Variação nos inventários da produção	1.105	12.379	11.274
• Trabalhos para própria empresa	49.791	33.885	- 15.906
	<u>2.705.638</u>	<u>2.563.172</u>	<u>- 142.466</u>
• Custo de mercadorias e matérias primas	52.270	46.108	- 6.162
• Fornecimentos e serviços externos	809.706	945.696	+135.990
• Gastos com o pessoal	2.012.087	2.071.572	+ 59.485
• Imparidade de dívidas a receber	(47.169)	31.732	+ 78.901
• Provisões (processos judiciais em curso)	(27.882)	-	+ 27.882
• Outros rendimentos e ganhos	(79.935)	(47.387)	+ 32.548
• Outros gastos e perdas	184.406	170.390	- 14.016
	<u>2.903.483</u>	<u>3.218.111</u>	<u>+ 314.628</u>
• Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(197.845)	(654.939)	- 457.094
• Gastos / reversões de depreciação e de amortizações	192.603	197.028	+ 4.425
• Resultado operacional	(390.448)	(851.967)	- 461.519
• Juros e gastos similares (líquidos)	65.950	102.123	+ 36.173
• Resultados líquidos	(456.398)	(954.090)	- 497.692

15. Os resultados líquidos apurados em 2012 agravaram-se significativamente comparativamente com o ano anterior e regrediram aos valores próximos dos atingidos em 2008. Depois de uma série de recuperação dos prejuízos anuais iniciada em 2006, com suporte na estratégia então definida pelo Conselho Directivo, a crise económica quebrou e inverteu esta tendência em 2011, com agravamento agora registado em 2012.

Resultados líquidos

	Varição anual
2006	+ 6.3%
2007	+ 12.1%
2008	+ 49.2%
2009	+ 22.7%
2010	+ 35.9%
2011	- 19.95%
2012	- 109.00%

Ricardo
Espírito
Santo Silva

16. Apesar dos efeitos da crise económica e da forte dependência dos mercados, agora em plena recessão, o volume de negócios em 2012 acabou por cair apenas 29.960 euros, ou seja, evidenciando uma queda de 1,8% comparativamente com o ano anterior, o que não deixa de ser relevante.

Contudo, não foi possível em 2012 prosseguir a política de redução de custos operacionais (pessoal + matérias primas + FSE), pelas razões mais adiante referidas, tendo estes crescido no ano 189.313 euros, equivalendo a um agravamento de 6,6%

Como consequência, os resultados operacionais caíram significativamente. Os resultados líquidos finais agravaram-se 497.692 euros.

As receitas próprias por posto de trabalho foram de 15.038 euros, reflectindo uma quebra de 3,7%, mas ainda assim e apesar das contingências adversas apresentam um nível muito superior ao verificado no início do período em 2005, ou seja 30,5% acima.

QUADRO - 2	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Volume de negócios (a)	1.140.075	1.347.305	1.503.464	2.187.205	2.604.750	2.072.712	1.624.059	1.594.099
EBITDA	(1.451.238)	(938.883)	(917.448)	(615.715)	(358.380)	(138.166)	(197.845)	(654.939)
Resultado operacional (b)	(1.430.149)	(1.175.273)	(707.804)	(677.562)	(569.271)	(326.413)	(390.448)	(851.967)
Resultados líquidos	(1.836.751)	(1.721.903)	(1.514.125)	(768.440)	(593.902)	(380.759)	(456.398)	(954.090)
Nº médio p.t.	99	108	112	105	107	106	104	106
Receitas próprias/ p.t.	11.516	12.475	13.665	20.831	24.343	19.554	15.616	15.038

(a) vendas + prestação de serviços + proveitos suplementares

(b) resultados antes de impostos e juros

DO INVESTIMENTO

17. Na ausência de um orçamento de investimento, por insuficiência de verbas para o efeito, e aproveitando a recessão dos mercados em 2012, adoptou-se uma vez mais, à semelhança de anos anteriores, uma política de valorização e reparação das

14. 6.
Ricardo
do Espírito
Santo Silva
1973

instalações, com especial destaque para o Museu, com recurso à mão-de-obra interna.

O montante de investimentos em 2012 foi aproximadamente 127 mil euros:

- A maior fatia deste montante (64.000 euros) ficou a dever-se à reformulação do programa informático e ao reforço do equipamento informático (2 novos servidores, 4 computadores, 1 “tape” p/ segurança). Com efeito, a descontinuação do programa anterior, por falência do representante em Portugal, e a necessidade de novas adaptações de natureza contabilística aconselharam à implementação de um novo sistema que irá permitir uma melhor resposta de informação contabilística tendo em vista uma gestão mais operacional e eficaz;
- Respondendo às necessidades de transporte de mercadorias e pessoal, principalmente em obras em estaleiro fora das nossas instalações e em outros locais do país, foi adquirida uma nova viatura (18.000 euros);
- Prosseguiu em 2012 a remodelação do museu (7.000 euros) com acções de melhorias no programa museográfico (vitrinas para uma maior segurança, legendagem mais eficaz, iluminação e software para o inventário do acervo) e com o prosseguimento do programa de conservação e restauro do acervo do Museu efectuado na sua totalidade com recurso à mão-de-obra interna sob a responsabilidade do Departamento de Conservação e Restauro (31.500 euros);
- Prosseguiu (conclusão) a construção de uma loja técnica com recurso a mão-de-obra oficial interna (2.200 euros);
- Foi adquirido um conjunto de máquinas e equipamentos administrativos (720 euros), andaimes (3.300 euros).

O investimento em 2012 foi financiado com recurso a mão-de-obra interna (trabalhos para a própria empresa no montante de 33.885 euros) e, complementarmente, com afectação de verbas da actividade corrente (cerca de 72.000 euros), para além de um mecenato em espécie de 21.000 euros obtido especificamente para cobrir uma das actividades deste investimento (programa informático).

DOS RECURSOS HUMANOS

14.6
Ricardo
de Paula
Santos Silva

18. Em termos de recursos humanos, o ano de 2012 caracterizou-se pela estabilidade no que respeita ao número médio de trabalhadores, aliás, à semelhança do que tem vindo a suceder com ligeiras oscilações desde 2008, altura a que se procedeu a um significativo reajustamento dos efectivos ligados ao denominado “quadro de pessoal”.

QUADRO - 3	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Trabalhadores (1 Jan.)	105	102	116	109	109	113	111	112
Número médio	99	108	112	105	107	106	105	106
Trabalhadores (31 Dez.)	102	116	109	109	113	113	112	113
Permanentes (31 Dez.)	95	108	104	105	108	106	104	106
Idade média (anos)	45.4	34.7	44.4	44.5	44.6	46.2	47.8	47.2
Nível de habilitações (a)	11.76%	15.79%	16.67%	20.37%	25.66%	25.66%	26.79%	27.43%


% de ensino superior

Durante o ano saíram 6 trabalhadores (3 por reforma, 1 por falecimento, 1 por rescisão amigável e 1 por cessão do contrato de trabalho). No período entraram 7 novos trabalhadores com contrato a termo de um ano, com possibilidade de renovação por período idêntico, para suprir as saídas verificadas, procedendo-se a alguns reajustamentos funcionais numa óptica de melhoria da eficiência e da eficácia da mão-de-obra.

19. Em 2012 aumentou novamente o nível médio de habilitações aferido pelo indicador do grau de licenciatura e escolaridade. Este regista uma apreciável melhoria desde 2005 passando de 11,76% para os 27,43%, traduzindo uma qualificação acrescida dos trabalhadores conferindo ao colectivo uma maior flexibilidade e polivalência assente numa consciencialização profissional mais ajustada aos tempos actuais, sem que com isto se tenham perdido as características técnicas e artísticas dos antigos mestres.

A melhoria do nível de habilitações fica a dever-se à progressiva saída, por reforma, dos antigos mestres e oficiais, substituídos criteriosamente por técnicos formados nas nossas escolas com habilitação académica mais ajustada à função e à nova filosofia de trabalho incutida no seio da Instituição. Esta prática conduz à possibilidade de uma gestão dos recursos humanos mais eficaz e flexível com tradução na eficiência e consequentemente na produtividade do trabalho, cumprindo-se assim um dos desígnios da Fundação: o ensino e transmissão geracional dos saberes das técnicas e métodos tradicionais.

20. Tendo aumentado 3,0% em 2012, pelas razões mais adiante referidas, a série de redução gradual e anual dos encargos com o pessoal foi quebrada neste ano. Com efeito, desde 2008 que estes registavam reduções anuais significativas, derivadas fundamentalmente de dois factores: (i) substituição de trabalhadores com


 Ricardo
 Espírito
 Santo Silva
 MB
 e
 f

vencimentos mais elevados (reforma) por novos trabalhadores com vencimentos mais baixos; (ii) decisão de não haver reajustamentos da tabela salarial a partir de 2008. Em 2012 manteve-se esta decisão de não proceder a uma actualização geral da tabela salarial, o que acontece pelo quinto ano consecutivo, em paz social.

Em 2012 prosseguiu o programa de formação interna (facilidades concedidas aos trabalhadores e isenção de propinas nas nossas escolas) e a realização de estágios profissionais em obra e/ou em oficinas de alunos do IAO.

Remunerações e Encargos Sociais

QUADRO - 4	Valor (10 ³ euros)	Varição Anual
2005	1.902	
2006	2.057	+ 8.1%
2007	2.159	+ 4.9 %
2008	2.089	- 3.2%
2009	2.032	- 2,7%
2010	2.011	- 1,0%
2011	1.987	- 1,2%
2012	2.049	+ 3.0%

(*) remunerações + encargos s/ remunerações + seguros de acidentes no trabalho + acção social

21. Este aumento dos encargos com o pessoal conjugado com a redução da actividade conduziu a um agravamento dos indicadores receitas próprias/ despesas com pessoal e receitas próprias por trabalhador, agravando a situação já verificada em 2011. Com efeito, o ratio de cobertura das despesas com o pessoal através das receitas próprias (uma das metas cruciais do plano estratégico), depois de ter sido plenamente atingido em 2008 e 2009, voltou a registar valores inferiores à unidade nos dois últimos anos.

Esta constatação obrigar-nos-á certamente a equacionar novos reajustamentos estratégicos neste domínio

QUADRO - 5	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receitas próprias/ Despesas com pessoal	0.58	0.64	0.66	1.01	1.22	0.98	0.81	0.77
Receitas próprias / p.t. (a)	11.5	12.4	13.6	20.8	24.3	19.6	15.6	15.0

(a) média em milhares de euros

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS (a)

22. As receitas próprias em 2012 caíram 1,8% comparativamente com o ano anterior, regredindo ao patamar atingido entre 2007 e 2008, mas ainda assim cerca de 39,8% acima do valor verificado em 2005, ano base de comparação e que marcou o arranque da estratégia de recuperação e sustentabilidade económica da Fundação.

(em euros)

QUADRO - 6	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Vendas	217.679	402.093	319.731	406.164	310.547	451.494	334.534	211.149
Prestação de serviços	911.783	948.943	1.180.909	1.780.724	2.293.999	1.621.218	1.289.525	1.382.950
Proveitos suplementares	10.613	-	2.824	317	204	-	-	-
	1.140.075	1.351.036	1.503.464	2.187.205	2.604.750	2.072.712	1.624.059	1.594.099

23. A quebra registada em 2012 confirma a tendência verificada a partir de 2009, reflexo da crise generalizada da economia e da contracção dos mercados. Com efeito, comparativamente ao valor das receitas próprias de 2009 (melhor ano da série dos últimos anos), o valor atingido em 2012 significa uma quebra superior a 1 milhão de euros, o que num orçamento global de funcionamento próximo dos 3,3 milhões de euros não pode deixar de fazer-se sentir com alguma preocupação.

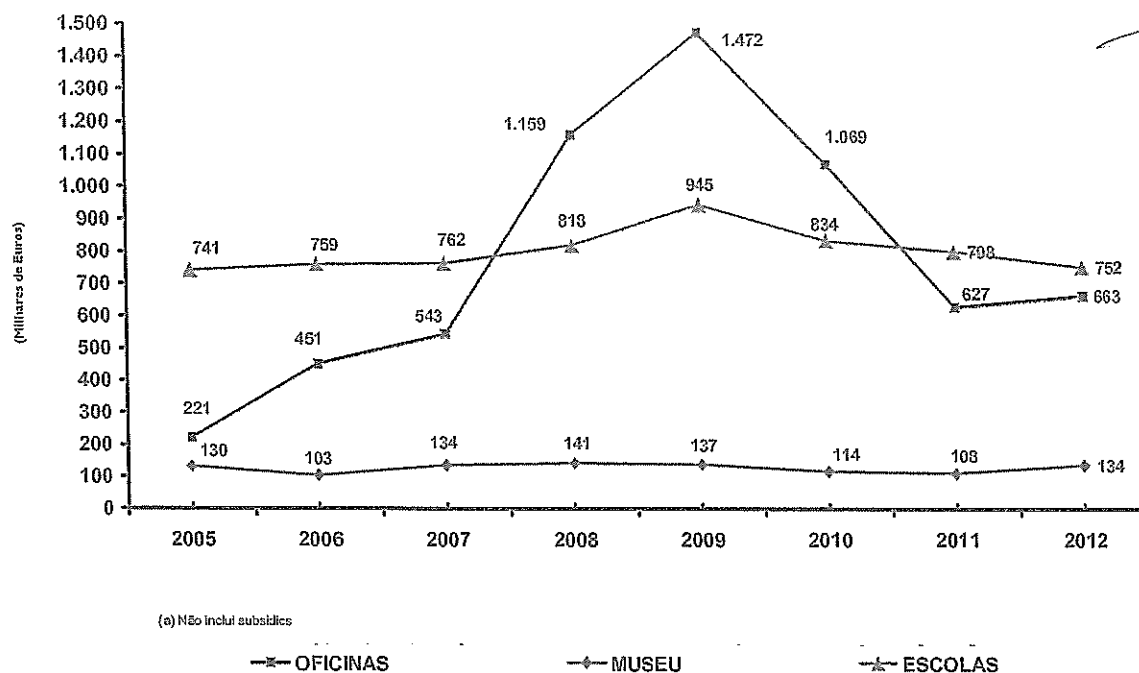
Apesar do acentuar da crise económica e da recessão dos mercados, sendo esta Fundação bastante dependente das receitas próprias provenientes do mercado, a evolução negativa verificada em 2012 foi bastante mais moderada que nos anos anteriores.

Evolução anual das receitas próprias	
2010/2009	- 20.4%
2011/2010	- 21.6%
2012/2011	- 1.8%

a) Para este efeito não se consideram os subsídios e outros apoios mecenáticos como receitas próprias.

GRÁFICO 2

Receltas Próprias por Sector de Actividade (a)



(em euros)

QUADRO - 7	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
OFICINAS								
• Obra nova	135.145	359.550	273.658	344.167	246.750	409.977	306.557	171.793
• Restauro	85.817	91.636	269.215	815.081	1.225.405	658.854	320.791	491.215
	220.962	451.186	542.873	1.159.248	1.472.155	1.068.831	627.348	663.008
MUSEU								
• Entradas (a)	42.423	53.837	51.008	70.836	62.295	55.090	62.544	76.246
• Loja	82.589	42.543	42.543	60.321	63.573	41.437	27.977	39.290
• Espaços	5.455	6.500	40.882	10.273	11.575	17.425	17.600	18.656
	130.467	102.880	134.433	141.430	137.443	113.952	108.121	134.192
ESCOLAS	740.573	758.900	761.571	817.844	944.945	833.584	798.639	751.597
OUTRAS	48.129	38.070	64.587	68.683	50.207	56.344	89.951	45.302
	1.140.131	1.351.036	1.503.464	2.187.205	2.604.750	2.072.711	1.624.059	1.594.099

(a) Incluindo visitas guiadas, eventos e serviço educativo

24. A análise da composição das receitas próprias em 2012 evidencia comportamentos díspares. Assim, enquanto que as receitas associadas à conservação e restauro cresceram 53,1% e as associadas à actividade do museu cresceram 24,1%, as

receitas derivadas da obra nova vendida caíram 44,0% e as associadas às actividades das escolas caíram 5,9%. As outras receitas, onde se incluem o rendimento das cafetarias, serviços vários, armazenagem, fotocópias e outros materiais didácticos, caíram 49,6%.

	2012/2011	
	(euros)	(%)
Oficinas		
ON	- 134.764	- 44.0%
CR	+ 170.424	+ 53.1%
	+ 35.660	+ 5.7%
Museu	+ 26.071	+ 24.1%
Escolas	- 47.042	- 5.9%
Outras	- 44.649	- 49.6%
	- 29.960	- 1.8%

As **Oficinas**, em termos de receitas próprias, apresentam um resultado global satisfatório considerando a crise económica generalizada, isto é, atenuam a tendência desfavorável que se vinha registando a partir de 2009. Porém, enquanto a obra nova regista uma quebra significativa, reflexo directo da recessão do mercado interno, designadamente clientes habituais, e das dificuldades de penetração nos mercados externos, o ramo da conservação e restauro inverteu neste ano a tendência negativa dos últimos anos. Este resultado é tanto mais significativo quanto no ano não se registou nenhuma intervenção de conservação e restauro de grande dimensão. De facto, as grandes intervenções previstas foram suspensas ou anuladas reflexo da paragem do investimento nacional. Algumas intervenções onde a FRESS está envolvida no domínio da conservação e restauro foram suspensas ou anuladas por motivos derivados da falta de financiamento, de decisões de adiamento do investimento ou de falências. Esta situação conduziu à retenção nas nossas instalações de algum património (azulejos, painéis pintados e outros) que estão à nossa guarda, esperando o retomar das obras. Este armazenamento, quando significativo tem dado origem à facturação dos respectivos custos, mas nem sempre pagos pelos respectivos clientes.

De registar uma vez mais que o Estado não incorporou ainda a ideia de consultar esta Instituição para obtenção de orçamentos, situação particularmente sentida no âmbito do Ministério/ Secretaria de Estado da Cultura, apesar de por imposição estatutária e por inerência do cargo o sector da cultura ter um representante/ vogal no Conselho Directivo, o Presidente da Academia Nacional de Belas Artes.

O **Museu**, em termos de receitas apresenta em 2012 um crescimento de 24,1%. Isto fica a dever-se a um bom desempenho da loja do museu, da cedência de espaços e do forte incremento dos serviços educativos promovendo actividades várias, workshops em articulação com as Oficinas e com o Departamento de Conservação e Restauro.

As **Escolas** reflectem a tendência nacional do ensino privado e cooperativo — redução significativa de alunos e encerramento de cursos e licenciaturas várias. De facto, tendo em conta que as nossas Escolas não têm qualquer apoio estatal e, consequentemente, com propinas de elevado valor, não surpreende que em período de crise económica sofram directamente em termos de receitas.

Pese embora todos os esforços e dedicação dos respectivos Directores, docentes e funcionários, a tendência em termos de receitas próprias associadas às escolas tem vindo a agravar-se desde 2009.

Evolução anual das receitas das Escolas

	(euros)	(%)
2010/2009	- 111.361	-11.8
2011/2010	- 34.945	- 4.2
2012/2011	- 47.042	- 5.9%
2012/2009	- 193.348	- 20.5%

Para além desta queda de receitas há a registar o acumular das mensalidades em atraso. Com efeito, no final de 2012 a dívida dos alunos era 65.824 euros significando um acréscimo de 11,7% relativamente ao ano anterior.

Dívidas de alunos

	2011		2012		variação	
	(Nº)	(euros)	(Nº)	(euros)	(Nº)	(euros)
ESAD	77	37.296	72	44.657	-5	+7.361
IAO	41	21.655	54	21.167	+13	-488
	118	58.951	126	65.824	+8	+6.873

O número de alunos em dívida no final do ano era de 126, dos quais 72 da ESAD e 54 do IAO (considerando os CET³), o que se traduziu num acréscimo de 6,8%. Este panorama ilustra bem as dificuldades sentidas na boa cobrança das mensalidades/ propinas, apesar do esforço efectuado pelas escolas, e que acompanha o que se passou em 2012 no panorama do ensino nacional, seja nos estabelecimentos privados seja nos de ensino público.

No final do ano económico de 2012 mais de metade dos alunos das escolas da Fundação tinham mensalidades em atraso.

14/6
Quando às outras receitas há a registar uma quebra de 49,6% derivado sobretudo do contencioso com a concessão da Cerca Moura, cuja decisão está a ser negociada por acordo amigável entre as partes.


Ricardo
de Brito
Silva

25. Esta análise sobre a evolução das receitas próprias em 2012 comparativamente com os valores e tendências registadas nos últimos anos aconselha a proceder a uma reflexão profunda e alargada sobre o reajustamento estratégico das actividades da Fundação, tendo em conta o projecto inicial do Fundador e a missão da Fundação, os custos envolvidos e a perspectiva de evolução do mercado em período de crise.

1073

32

15

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

26. Em 2012 os gastos com o pessoal e os fornecimentos e serviços externos representaram mais de 90% da despesa global.
27. As **Despesas com o Pessoal** cresceram em 2012 cerca de 3,0% correspondendo a uma acréscimo de custos de 60 mil euros. No que respeita à parcela de vencimentos há a registar que o facto de o número médio de trabalhadores ter sido em 2012 de mais uma unidade tal não significou um acréscimo da massa salarial já que os trabalhadores que saíram por reforma auferiam um vencimento superior aos que entraram de novo para os substituir. Verificou-se no início do ano a nomeação de novos 7 mestres atendendo a que com a reforma dos mais antigos, a Fundação estava a ficar sem mestres qualificados. Esta nomeação teve um ligeiro impacto na massa salarial.

O acréscimo de 3,0% dos encargos globais com o pessoal em 2012 fica a dever-se aos seguintes factores:

- Aos contratos de trabalho a termo celebrados com alguns professores da ESAD (+2,7%);
- A pequenos reajustamentos decorrentes da nomeação de novos mestres (+0,1%);
- Ao aumento da percentagem dos descontos com a segurança social (+7,2%) — em 2011 recaía um encargo de 21,0% e em 2012 passou a recair 21,4%;
- Ao acréscimo das ajudas de custo (+8 mil euros) derivado das intervenções fora de Lisboa, designadamente as mais significativas em Tavira (Igreja de N^a Senhora das Ondas) e em Aveiro (Musealização da Fábrica de Moagem).

(10³ euros)

QUADRO - 8	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Vencimentos (a)	1.894	2.049	2.153	2.083	2.019	1.997	1.980	2.049
Horas extraordinárias + Ajudas de custo	8	8	6	6	13	14	7	15
	<u>1.902</u>	<u>2.057</u>	<u>2.159</u>	<u>2.089</u>	<u>2.032</u>	<u>2.011</u>	<u>1.987</u>	<u>2.064</u>
Medicina e higiene no trabalho	-	4	3	4	3	4	4	5
Estágios e Formação	25	26	47	68	85	72	16	1
Indemnizações	-	-	41	2	20	20	3	1
Outras	14	4	1	1	1	-	1	1
	<u>39</u>	<u>34</u>	<u>92</u>	<u>75</u>	<u>109</u>	<u>96</u>	<u>24</u>	<u>8</u>
Total	1.941	2.091	2.251	2.164	2.141	2.107	2.012	2.072

(a) Vencimentos + encargos sociais + subsídio de almoço + seguros + acção social

De referir que não se verificou nenhum reajustamento global da tabela salarial, o que acontece pelo quinto ano consecutivo, em plena paz social.

28. O valor global dos **Fornecimentos e Serviços Externos** cresceu em 2012 cerca de 16,8% correspondendo a um acréscimo de custos em cerca de 136 mil euros. A fortíssima contenção imposta nesta rubrica em 2011 não foi possível manter em 2012 fundamentalmente por quatro motivos: (i) os encargos com os honorários e trabalho especializado de técnicos e especialistas externos associados ao funcionamento das escolas/ professores, os encargos com a reformulação operada com a substituição do sistema informático e as necessárias adaptações às modificações da legislação contabilística e os gastos com a assessoria jurídica necessária para accionar os mecanismos judiciais tendo em vista receber verbas atrasadas de clientes, designadamente de autarquias; (ii) os valores de rendas e alugueres; (iii) os gastos com os consumíveis que passaram de 17.405 euros em 2011 para 39.287 euros em 2012, atendendo a que a especificidade dos produtos, designadamente na área da conservação e restauro, levou a que o respectivo custo fosse directamente registado como FSE não produzindo stock; (iv) o acréscimo dos encargos com a electricidade e comunicações derivado da actualização dos preços por parte dos fornecedores.

Todas as demais rubricas evidenciam o prosseguimento da contenção rigorosa dos gastos correntes.

(10³ euros)

QUADRO - 9	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
TOTAL / FSE	904	906	994	1.230	1.239	1.011	810	945
Honorários	327	435	479	569	657	523	433	517
Vigilância e Segurança	138	144	195	263	154	63	35	12
Limpeza	52	53	59	73	68	70	65	62
Electricidade + Água + Comunicações	85	82	73	73	70	71	75	82
Seguros	50	32	41	39	39	27	33	30
Rendas e Alugueres	2	5	7	21	61	85	61	74
Material de escritório	16	21	18	23	16	7	6	5
Conservação e reparação	32	38	38	43	38	35	29	20

(a) Honorários + Trabalho especializado + Subcontratos

Quase 30% das despesas com Fornecimentos e Serviços Externos correspondem a honorários pagos a professores no âmbito dos cursos ministrados nas escolas da Fundação (cerca de 270 mil euros).

ANÁLISE DO BALANÇO

29. O Quadro – 10 reflecte as principais rubricas já agrupadas, de acordo com as novas regras contabilísticas.

(milhares de euros)

QUADRO – 10	2011	2012	Variação
Activo não corrente	30.551	30.416	- 135
Activo corrente	4.060	4.092	+ 32
Total do Activo	34.611	34.508	- 103
Capital Próprio	31.958	30.962	- 996
Passivo			
• Não corrente	8	8	-
• Corrente	2.645	3.538	+ 893
Total do Passivo	2.653	3.546	+ 893

O anexo às demonstrações financeiras reflecte o conteúdo destas rubricas e a evolução comparativamente ao ano anterior.

30. Em 2011, os instrumentos financeiros associados às rubricas fornecedores e clientes, à semelhança do ano anterior, e por motivos da crise económica instalada, registou uma significativa redução, equivalendo a uma quebra de financiamento da tesouraria na ordem dos 121.406 euros.

(euros)

	Varição 2011 / 2012
Fornecedores correntes	- 83.863
Clientes	+ 31.616
NF (capital circulante)	115.479

De referir que a conta Fornecedores regista uma redução das dívidas a fornecedores correntes (-26,2%), um acréscimo da conta clientes (+7,7%). Observa-se um significativo acréscimo da conta clientes de cobrança duvidosa (+133,1%) sobretudo de alunos.

31. A actividade corrente no que respeita às oficinas evidencia que praticamente estas estiveram grande parte do ano a trabalhar directamente para cliente, seja em obra nova, seja no reforço da área da conservação e restauro. Assim, o stock de produtos acabados reduziu cerca de 148 mil euros e os trabalhos em curso (cliente + armazém de produtos acabados) eram no final do ano superiores a 160 mil euros.

32. Esta situação conjugada com o não apoio do Estado em 2012 por parte do Fundo de Fomento Cultural conduziu directamente a um agravamento do endividamento bancário conjunto em 800 mil euros (conta caucionada junto do BES).

4
6

Ricardo
Carlos Silva

1373

2

77

ANÁLISE DOS RESULTADOS

14.6
Ricardo
do Espírito
Santo Silva

1313


sc

2

33. Os resultados líquidos apurados no exercício foram negativos e significativamente mais pesados que os do ano anterior, evidenciando a inversão da tendência que se vinha verificando desde 2006 de recuperação dos prejuízos a ponto de em 2010 o EBITDA ter sido só de -138 mil euros.

Os resultados líquidos do exercício ficam a dever-se aos seguintes factores:

- (i) À acentuada crise económica com profunda recessão e à redução do rendimento disponível das famílias, provocando uma redução das receitas próprias (ainda assim bastante contida, -1,8%);
 - (ii) Ao facto de em 2012 a Fundação não ter contado com o apoio de 200.000 euros do Fundo de Fomento Cultural;
 - (iii) Ao agravamento dos juros suportados (+59,3%) com a utilização da conta caucionada. Em 2012 os juros pagos foram superiores a 105 mil euros;
 - (iv) Ao esgotamento em 2012 da política de redução de custos correntes, acompanhando a quebra das receitas, tal como vinha acontecendo em anos anteriores;
 - (v) Ao agravamento das imparidades, nomeadamente as referentes às mensalidades dos alunos das escolas que cresceram significativamente em comparação com o ano anterior.
34. A análise dos resultados do exercício de 2012 e as principais causas dos mesmos associada às perspectivas de evolução económica e no quadro da revisão dos estatutos da Fundação conduz-nos à necessidade de proceder a uma reflexão sobre a Fundação tendo em vista assegurar a sua estabilidade e sustentabilidade no prosseguimento do projecto/ missão implícito no gesto do Fundador ao criar em 1953 a Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva.

14
6

Ricardo
e Filipe
Santa Silva
(377)
sc
177

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

35. O resultado líquido apurado foi negativo em 954.090,17 euros.

Propõe-se, face à sua natureza, que este valor seja transferido para "Resultados transitados".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

36. O Conselho Directivo expressa um cordial e reconhecido agradecimento aos dirigentes, trabalhadores e colaboradores pela dedicação e profissionalismo demonstrados nas respostas dadas às solicitações que a todos foram formuladas, tendo plena consciência das dificuldades vividas e de nem sempre existirem as melhores condições de trabalho.

Não podemos, uma vez mais, deixar de registar publicamente, em nome da instituição um reconhecido agradecimento aos trabalhadores pela compreensão manifestada perante a decisão da não actualização global da tabela salarial, o que acontece pelo quinto ano consecutivo.

Queremos também expressar um agradecimento especial a todos os clientes e aos membros do "Grupo de Amigos" pela confiança e carinho que manifestaram por esta Instituição.

Um agradecimento reconhecido a todos os mecenas, com especial destaque para o Grupo Espírito Santo, designadamente o Banco Espírito Santo e a Companhia de Seguros Tranquilidade.

37. Finalmente, o Conselho Directivo expressa a sua expectativa e esperança para que no próximo ano se conclua a clarificação institucional por via da revisão dos estatutos, no decorrer da nova Lei-Quadro das Fundações e permitir assim a reflexão e o reajustamento da estratégia de sustentabilidade desta Instituição.

Atendendo a que os novos estatutos implicam obrigatoriamente a extinção deste Conselho Directivo, este relatório traduz o testemunho legado ao futuro Conselho de Administração, devendo o mesmo ser apreciado no quadro da evolução registada no período 2006-2012, estribada na estratégia definida pelo então Conselho Directivo e prosseguida pelo actual que subscreve este documento.

Lisboa,



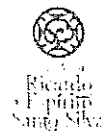
Dr. Luís Ferreira Calado



Dr. Nuno Leite de Faria

Elsa Roncon Santos

Dr^a Elsa Roncon Santos



José de Medeiros Tavares (António Valdemar)

Berta Bustorff

Dr^a Berta Bustorff

Francisco Murteira Nabo

Dr. Francisco Murteira Nabo

Dr. Henrique Granadeiro

4/1/2013

SC

11

II

BALANÇO



BALANÇO EM 31-12-2012

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2012	31-12-2011
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5/7	30.359.089,12	30.524.613,90
Propriedades de investimento		-	-
Goodwill		-	-
Activos intangíveis	6	50.671,30	20.751,04
Activos biológicos		-	-
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	15	6.722,04	5.793,92
Participações financeiras - outros métodos		-	-
Accionistas/sócios		-	-
Outros activos financeiros		-	-
Activos por impostos diferidos		-	-
		30.416.482,46	30.551.158,86
Activo corrente			
Inventários	9	3.629.246,17	3.641.416,78
Activos biológicos		-	-
Clientes	15	348.215,46	348.131,37
Adiantamentos a fornecedores		-	-
Estado e outros entes públicos	15	8.217,92	-
Fundadores/Associados		-	-
Outras contas a receber	15	47.095,76	29.051,77
Diferimentos	17	35.347,59	12.309,24
Activos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros activos financeiros		-	-
Activos não correntes detidos para venda		-	-
Caixa e depósitos bancários	8	23.382,80	26.295,94
		4.091.505,70	4.057.205,10
Total do activo		34.507.988,16	34.608.363,96
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		9.807.902,38	9.807.902,38
Excedentes técnicos		-	-
Reservas legais		15.549,96	15.549,96
Outras reservas		2.621.845,46	2.621.845,46
Resultados transitados		(17.838.010,63)	(17.381.612,98)
Ajustamentos em activos financeiros		-	-
Excedentes de revalorização		14.841.822,38	14.841.822,38
Outras variações nos Fundos Patrimoniais		22.466.890,43	22.508.474,02
Resultado líquido do período		(954.090,17)	(456.397,65)
Total do fundo de capital	17	30.961.909,81	31.957.583,57
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11	7.910,76	7.910,76
Financiamentos obtidos		-	-
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-
Passivos por impostos diferidos		-	-
Outras contas a pagar		-	-
		7.910,76	7.910,76
Passivo corrente			
Fornecedores	15	236.110,82	319.972,04
Adiantamentos de clientes	15	53.156,71	48.654,65
Estado e outros entes públicos	15	192.281,95	159.256,91
Fundadores/Associados		49.879,80	49.879,80
Financiamentos obtidos	15	2.402.020,77	1.524.736,40
Fornecedores de investimento	15	57.252,64	66.975,13
Outras contas a pagar	15	512.453,35	404.527,27
Diferimentos	17	35.006,35	68.367,43
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-
		3.538.167,59	2.642.569,63
Total do passivo		3.546.678,35	2.650.780,39
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		34.507.988,16	34.608.363,96

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DIRECTIVO

III

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31-12-2012

Unidade monetária: Euro

	NOTAS	DATAS	
		31-12-2012	31-12-2011
Vendas e serviços prestados	10	1.594.099,31	1.624.059,03
Subsídios à exploração	17	922.809,13	1.030.682,51
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	15	536,31	214,60
Variação nos inventários da produção	9	12.378,77	1.105,32
Trabalhos para a própria entidade	17	33.885,42	49.790,71
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(46.108,54)	(52.269,42)
Fornecimentos e serviços externos	17	(945.696,32)	(809.706,43)
Gastos com o pessoal	16	(2.071.571,61)	(2.012.086,86)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(31.731,58)	47.168,85
Provisões (aumentos/reduções)		-	27.882,23
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos e ganhos	17	46.849,92	79.720,31
Outros gastos e perdas	17	(170.390,22)	(184.406,12)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		(654.939,41)	(197.845,27)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	(197.027,95)	(192.602,68)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		(851.967,36)	(390.447,95)
Juros e rendimentos similares obtidos	17	2.947,46	-
Juros e gastos similares suportados	17	(105.070,27)	(65.949,70)
Resultado antes de impostos (EBT)		(954.090,17)	(456.397,65)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(954.090,17)	(456.397,65)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DIRECTIVO

Spe Maria Rosa Silva

13
11
(137)
sc
F
L

IV

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31-12-2012

Unidade monetária: Euro

		NOTAS	DATAS	
			31-12-2012	31-12-2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais				
Recebimentos de clientes		1.651.258,28	1.566.538,95	
Pagamentos a fornecedores		(1.265.519,04)	(991.247,39)	
Pagamentos ao pessoal		(1.897.916,19)	(1.916.257,74)	
Caixa gerada pelas operações		(1.512.176,95)	(1.340.966,18)	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(387,94)	(0,00)	
Outros recebimentos/pagamentos		822.186,03	811.570,28	
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(690.378,86)	(529.395,90)	
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis		(9.722,29)	(34.559,75)	
Activos intangíveis		(0,00)	(224,53)	
Investimentos financeiros		(391,81)	(5.579,32)	
Outros activos		(0,00)		
		(10.114,10)	(40.363,60)	
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis		(0,00)	1.219,51	
Activos intangíveis		(0,00)	(0,00)	
Investimentos financeiros		(0,00)	(0,00)	
Outros activos		(0,00)	(0,00)	
Subsídios ao investimento		(0,00)	(0,00)	
Juros e rendimentos similares		(0,00)	(0,00)	
Dividendos		(0,00)	(0,00)	
		(0,00)	1.219,51	
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(10.114,10)	(39.144,09)	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		1.920.000,00	649.850,00	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		(0,00)	(0,00)	
Cobertura de prejuízos		(0,00)	(0,00)	
Doações		(0,00)	(0,00)	
Outras operações de financiamento		(0,00)	(0,00)	
		1.920.000,00	649.850,00	
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		(1.120.000,00)	(79.122,32)	
Juros e gastos similares		(100.038,25)	(65.949,70)	
Dividendos		(0,00)	(0,00)	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		(0,00)	(0,00)	
Outras operações de financiamento		(2.381,93)	(0,00)	
		(1.222.420,18)	(145.072,02)	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		697.579,82	504.777,98	
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(2.913,14)	(63.762,01)	
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período		26.295,94	90.057,95	
Caixa e seus equivalentes no fim do período		23.382,80	26.295,94	

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

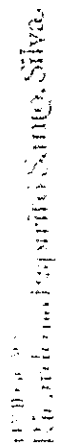
[Handwritten signature]

O CONSELHO DIRECTIVO

[Handwritten signatures and notes]

V

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES
NOS FUNDOS PATRIMONIAIS



Euros

O CONSELHO DIRETIVO

[illegible]

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS em 31 de Dezembro de 2012

Euros

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS												
DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe										Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundo Património	Excedentes Técnicos	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Translatados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período		
6		9.807.902,38		15.549,96	2.621.845,46	-17.381.612,98		14.841.822,38	22.508.474,02	-456.397,65	31.957.583,57	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos	17					-456.397,65				-41.583,59	-41.583,59	
Impulsão a resultados da quota parte de subsídios ao investimento	17					-456.397,65		0,00	-41.583,59	456.397,65	0,00	
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais	7	0,00	0,00	0,00	0,00	-456.397,65	0,00	0,00	-41.583,59	456.397,65	-41.583,59	
8												
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										-954.090,17	-954.090,17	
9=7+8												
RESULTADO EXTENSIVO										-497.692,52	-995.673,76	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
10		9.807.902,38		15.549,96	2.621.845,46	-17.838.010,63		14.841.822,38	22.466.890,43	-954.090,17	30.961.909,81	
6+7+8+10												
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO de 2012												

O TECNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DIRECTIVO

[Handwritten signatures and initials]



Ricardo
Espírito
Santo Silva

4/1/12
11/10/12
2
ET

VI

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em Euros)

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – Designação da Entidade

A FUNDAÇÃO RICARDO DO ESPÍRITO SANTO SILVA, NIF 500122288, doravante designada de "Entidade" ou "Fundação", foi criada pelo Decreto-Lei nº 39 190 de 27 de Abril de 1953, no qual foi reconhecida como uma Instituição de Utilidade Pública, com sede no Largo das Portas do Sol, nº 2 1100-411 Lisboa.

1.2 – Natureza da Actividade

A Fundação tem por principal objecto social a defesa das artes decorativas portuguesas, pela manutenção e aperfeiçoamento das suas características tradicionais, pela educação do gosto do público e pelo desenvolvimento da sensibilidade artística e cultura dos artífices.

Para a realização dos fins supra descritos a Fundação dispõe:

- de um museu onde se encontram espécimes típicos e representativos das artes decorativas;
- de duas escolas, o *Instituto de Artes e Ofícios* e a *Escola Superior de Artes Decorativas*;
- de salas destinadas a conferências e cursos de carácter educativo e cultural que interessem às mesmas artes;
- de oficinas destinadas a estágios e aperfeiçoamento nas várias artes decorativas em que, tradicionalmente, se distinguiram os artífices portugueses e se julgue conveniente evitar que degenerem ou acabem;
- de um departamento de conservação e restauro.

2-REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, preparados de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março.

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Sistema de Normalização Contabilística) para este normativo é 1 de Janeiro de 2012, conforme estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Fundação preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. A adopção do novo normativo contabilístico não implicou qualquer ajustamento de transição, apenas se procedeu à reclassificação de alguns investimentos (programas de computador), instrumentos financeiros (financiamentos obtidos) e inventários (produtos de economato), conforme detalhe abaixo:

Descrição	31-12-2011	Ajustamentos	01-01-2012
Equipamento básico	628.541,89	-25.000,00	603.541,89
Equipamento administrativo	714.930,18	-51.297,78	663.632,40
Outros ativos fixos tangíveis	24.346.988,23	-1.023,04	24.345.965,19
Activo tangível bruto	25.690.460,30	-77.320,82	25.613.139,48
Depreciações acumuladas			
Equipamento básico	499.829,93	-25.000,00	474.829,93
Equipamento administrativo	818.586,28	-51.297,78	767.288,50
Outros ativos fixos tangíveis	27.711,47	-1.023,04	26.688,43
Depreciação acumuladas	1.346.127,68	-77.320,82	1.268.806,86
Activo tangível líquido	24.344.332,62	0,00	24.344.332,62

Descrição	31-12-2011	Ajustamentos	01-01-2012
Programas de computador	3.617,53	77.320,82	80.938,35
Activo intangível bruto	3.617,53	77.320,82	80.938,35
Amortizações acumuladas			
Programas de computador	1.815,53	77.320,82	79.136,35
Amortizações acumuladas	1.815,53	77.320,82	79.136,35
Activo intangível líquido	1.802,00	0,00	1.802,00

Descrição	31-12-2011	Ajustamentos	01-01-2012
D.O. Conta Crédito	1.425.000,00	-1.425.000,00	0,00
Financiamentos Obtidos	0,00	1.425.000,00	1.425.000,00

Descrição	31-12-2011	Ajustamentos	01-01-2012
Matérias de Consumo	46.201,33	-16.036,06	30.165,27
Matérias de Consumo	46.201,33	-16.036,06	30.165,27
Escritório	0,00	9.084,52	9.084,52
Limpeza	0,00	1.398,91	1.398,91
Manutenção Instalações	0,00	5.552,63	5.552,63
Gastos a Reconhecer-Economato	0,00	16.036,06	16.036,06

3-PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da FRESS, de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Fundação continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 – Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 – Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 – Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras.

3.1.5 – Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

3.1.6 – Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do ano e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação

3.2 – Outras Políticas Contabilísticas:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, de acordo o previsto na NCRF-ESNL.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Bens que lhe foram affectos no acto da constituição

Os activos fixos tangíveis affectos à Fundação no acto da sua constituição, doados pelo seu Fundador (Edifício do Museu e Património Artístico) encontram-se registados ao seu valor de avaliação, determinado e deliberado, em 1985, pelo Conselho Directivo, no caso do Património Artístico, e com base no Decreto-Lei nº 399-G/84, no que respeita ao Edifício do Museu e respectivo terreno. Estes bens não são depreciados.

Bens adquiridos após a constituição da Fundação

Os activos fixos tangíveis adquiridos após a constituição da Fundação encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações acumuladas, com excepção do terreno e edifício do Instituto de Artes e Ofícios, os quais foram reavaliados ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 50 anos
Equipamento básico	Entre 3 e 10 anos
Equipamentos de transporte	Entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 e 8 anos
Outros activos fixos tangíveis	Entre 2 e 8 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes activos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas"

ACTIVOS INTANGÍVEIS

As despesas com o desenvolvimento e implementação do Portal FRESS encontram-se registadas ao custo de aquisição. Estas despesas têm uma vida útil finita e são apresentadas ao custo de aquisição menos amortizações acumuladas.

A amortização é calculada usando o método das quotas constantes de forma a distribuir o custo das despesas com o Portal FRESS durante a sua vida útil estimada (5 anos).

O custo de aquisição das licenças de software é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para a aquisição e para colocar o software disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimado (entre 3 e 5 anos)

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

As participações em subsidiárias são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Fundação nos activos líquidos das correspondentes entidades.

TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Os trabalhos que a empresa realiza para si mesma, sob a sua administração directa, aplicando meios próprios e adquiridos para o efeito e que se destinam ao seu activo fixo tangível e activos fixos tangíveis em curso, e incluem custos com materiais, mão de obra directa e gastos gerais.

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios e donativos à exploração atribuídos à Fundação por entidades e organismos públicos e privados, são registados como rendimentos do exercício a que dizem respeito.

INVENTÁRIOS

As existências encontram-se valorizadas de acordo com os seguintes critérios:

Mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de compra.

Produtos e trabalhos em curso e produtos acabados e intermédios

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios, encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui as matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico.

RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido como segue:

- o rédito das vendas é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador;
- o rédito das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento dos serviços prestados.

O rédito decorrente das vendas e prestação de serviços não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à sua aceitação da venda ou prestação do serviço ou quanto à cobrança do produto da venda ou da prestação do serviço.

PROVISÕES

São constituídas provisões sempre que a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de acontecimentos passados e sempre que seja provável que uma diminuição, estimada com fiabilidade, de recursos incorporando benefícios económicos será necessária para liquidar a obrigação. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

LOCAÇÕES

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os activos fixos tangíveis e as

Handwritten signature and stamp of Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva.

depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos activos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se registados de acordo com os seguintes critérios:

Cientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas são registadas pelo seu valor nominal, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por Imparidade" em contas a receber. As perdas por imparidade são baseadas numa avaliação de probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos e outros factores. Normalmente as dívidas de terceiros não vencem juros.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar são registadas pelo método de custo, dado de incluem na sua generalidade valores a pagar de curto prazo, decorrentes da actividade operacional da empresa.

Empréstimos

Os empréstimos encontram-se registados no passivo, sendo mensurados de acordo com o método do custo. Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como gasto financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" e "Diferimentos".

Benefícios aos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem vencimentos, complementos de trabalho nocturno, complementos de desempenho, isenção de horário de trabalho, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação e subsídio de férias e natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pelo Conselho Directivo.

As obrigações decorrentes dos benefícios a curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da FRESS.

3.4 – Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante, nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

4-POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5-ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1 – Movimentos ocorridos no período

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas encontram-se referidos no anterior Ponto 3.2.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto à medida que são incorridas de acordo com o regime do acréscimo.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando os aumentos, as alienações e os abates, as depreciações e outras alterações, encontram-se no seguinte quadro:

Descrição	31-12-2011	Aumentos	Alienações	Abate	Transferência	31-12-2012
Terrenos e recursos naturais	2.653.389,53					2.653.389,53
Edifícios e outras construções	4.059.821,01					4.059.821,01
Equipamento básico	628.541,89	6.542,66			-25.000,00	610.084,55
Equipamento de transporte	55.949,64	18.206,16				74.155,80
Equipamento administrativo	714.930,18	10.371,19			-51.297,78	674.003,59
Outros activos fixos tangíveis	24.346.988,23	5.295,00			-1.023,04	24.351.260,19
Investimentos em curso	126.921,06	33.885,42		66.302,00		94.504,48
Activo tangível bruto	32.586.541,54	74.300,43	0,00	66.302,00	-77.320,82	32.517.219,15
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	667.122,75	96.259,53				763.382,28
Equipamento básico	499.829,93	27.320,17			-25.000,00	502.150,10
Equipamento de transporte	48.677,21	6.733,95				55.411,16
Equipamento administrativo	818.586,28	23.250,92			-39.285,69	802.551,51
Outros activos fixos tangíveis	27.711,47	7.946,55			-1.023,04	34.634,98
Depreciação acumulada	2.061.927,64	161.511,12	0,00	0,00	-65.308,73	2.158.130,03

Os outros activos fixos tangíveis em 31 de Dezembro de 2012, têm a seguinte composição:

Acervo do Museu, afecto à Fundação no acto da sua constituição	23 999 383,93
Benfeitorias no acervo do Museu	175 779,80
Bibliotecas	68 391,53
Obras diversas/Desenhos	25 984,77
Outros	81 720,16
	<hr/>
	24 351 260,19
	<hr/>

e Contas 2012
 Relatório

O abate registado na rubrica "Investimentos em curso" refere-se ao sistema informático Exact, cuja implementação, por motivos vários, não foi concluída, tendo o Conselho Directivo decidido descontinuar o referido software e adquirir o software Sendys.

O valor de 77.320,82€ registado na coluna Transferência na rubrica "Programas de Computador" refere-se à reclassificação de alguns investimentos (programas de computador) prevista na NCRF-ESNL, conforme referido no anterior Ponto 2.

5.2 – Garantias

Não foram dados quaisquer activos em garantia do cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

6-ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas encontram-se referidos no anterior Ponto 3.2.

Descrição	31-12-2011	Aumentos	Alienações	Abate	Transferência	31-12-2012
Programas de computador	3.617,53	53.425,00			77.320,82	134.363,35
Portal FRESS	139.305,57					139.305,57
Investimentos em curso	3.100,00					3.100,00
Activo intangível bruto	146.023,10	53.425,00	0,00	0,00	77.320,82	276.768,92
Amortizações acumuladas						
Programas de computador	1.815,53	7.655,72			77.320,82	86.792,07
Portal FRESS	123.456,53	27.861,11			-12.012,09	139.305,55
Amortizações acumuladas	125.272,06	35.516,83	0,00	0,00	65.308,73	226.097,62
Activo intangível líquido	20.751,04	17.908,17	0,00	0,00	12.012,09	50.671,30

O valor de 77.320,82€ registado na coluna Transferência na rubrica "Programas de Computador" refere-se à reclassificação de alguns investimentos (programas de computador) prevista na NCRF-ESNL, conforme referido no anterior Ponto 2.

O valor de 12.012,09€ registado na coluna Transferência na rubrica "Portal FRESS" refere-se à regularização do registo efectuado incorrectamente nesta rubrica no ano de 2009, valor que deveria ter sido registado na rubrica Depreciações Acumuladas – Equipamento Administrativo.

7 – LOCACÕES

Em 31 de Dezembro de 2012 a Fundação é locatária em dois contratos de locação financeira relacionados com a aquisição de um sistema de videovigilância para o Museu e de uma viatura ligeira de mercadorias.

	Valor de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Sistema de Videovigilância	4.850,00	1.535,81	3.314,19
Viatura Peugeot Boxer 84-MO-73	18.206,16	2.275,77	15.930,39
	23.056,16	3.811,58	19.244,58

A responsabilidade relativa a estes contratos encontra-se reflectida na rubrica de financiamentos obtidos.

Os contratos de locação financeira têm subjacente uma taxa de juro fixa, não se encontrando expostos às situações do mercado.

A Fundação tem a opção de compra dos referidos equipamentos efectuando o pagamento do respectivo valor residual, acrescido do Iva à taxa em vigor.

	Valor Residual
Sistema de Videovigilância	97,00
Viatura Peugeot Boxer 84-MO-73	3.641,24
	3.738,24

8 – FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2011
Caixa	14.518,11	5.412,52
Depósitos à ordem	8.864,69	20.883,42
Total de Caixa e Depósitos Bancários	23.382,80	26.295,94

9 – INVENTÁRIOS

9.1 – Mercadorias/Matérias-Primas/Produtos Acabados e Intermédios/Produtos e Trabalhos em Curso

Rubricas	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2011
Mercadorias:		
Mercadorias em armazém	567.495,12	568.382,91
Mercadorias em trânsito	948,83	0,00
Mercadorias em poder de terceiros	12.017,75	12.017,75
	580.461,70	580.400,66
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:		
Matérias-Primas	253.418,49	263.956,88
Embalagens de consumo	27.975,44	28.062,54
Materiais diversos	32.216,38	30.165,27
	313.610,31	322.184,69
Perdas por imparidade	11.223,64	11.223,64
	302.386,67	310.961,05
Produtos acabados e intermédios	1.935.318,13	2.083.376,15
Produtos e trabalhos em curso	811.079,65	650.642,86
Total	3.629.246,15	3.625.380,72

9.2 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas em 31 de Dezembro de 2012

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais	580.400,66	310.961,05	891.361,71
Compras	20.457,39	31.731,45	52.188,84
Regularizações	1.310,50	13.283,14	14.593,64
Inventários finais	580.461,70	302.386,67	882.848,37
Gastos no exercício	19.085,85	27.022,69	46.108,54

9.3 - Demonstração da variação nos inventários de produção em 31 de Dezembro de 2012

Movimentos	Produtos acabados e intermédios	Produtos e trabalhos em curso	Total
Inventários finais	1.935.318,13	811.079,65	2.746.397,78
Regularizações			0,00
Inventários iniciais	2.083.376,15	650.642,86	2.734.019,01
Rendimentos/Gastos no exercício	-148.058,02	160.436,79	12.378,77

10 – RÉDITO

RUBRICAS	2012	2011	Variação
Vendas			
Produto Acabado	171.793,28	306.556,66	-134.763,38
Edições e Publicações	12.856,65	11.704,82	1.151,83
Outros (Loja do Museu)	26.432,02	16.272,14	10.159,88
Materiais de Consumo	66,92	0,00	66,92
Prestações de Serviços			
Cursos - Mensalidades e Inscrições	751.597,01	798.638,96	-47.041,95
Conservação e Restauro	491.214,98	320.791,16	170.423,82
Entradas no Museu	44.246,00	46.559,60	-2.313,60
Cedência de Espaços	18.656,00	17.600,00	1.056,00
Serviços Secundários (exploração dos bares)	2.819,10	40.299,90	-37.480,80
Visitas Guiadas / Serviços Educativos	16.000,50	15.983,79	16,71
Outros	58.416,85	49.652,00	8.764,85
Total	1.594.099,31	1.624.059,03	-29.959,72

11 – PROVISÕES

Rubrica	Saldo 31/12/2011	Reforço	Utilização	Redução	Saldo 31/12/2012
Processos judiciais em curso	7.910,76				7.910,76
	7.910,76	0,00	0,00	0,00	7.910,76

12 – IMPARIDADE DE ACTIVOS

Perdas por Imparidade

	Saldo 31/12/2011	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo 31/12/2012
Em dívidas a receber de clientes	63.368,74	31.702,22	0,00	170,64	94.900,32
Clientes	61.018,74	9.229,70		170,64	70.077,80
Alunos	2.350,00	22.472,52			24.822,52
Em outras dívidas de terceiros	5.583,63	200,00			5.783,63
	68.952,37	31.902,22	0,00	170,64	100.683,95

13 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

14 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Fundação encontra-se abrangida por um estatuto de isenção fiscal em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas, decorrente das actividades de carácter cultural e de interesse público que desenvolve.

15 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 são detalhados conforme se segue:

Rubrica	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2011
Depósitos à ordem - Banco Espírito Santo	162.000,58	96.420,15
Empréstimos bancários - Banco Espírito Santo	2.225.000,00	1.425.000,00
Locação Financeira - BES Contrato nº2058227	96,27	3.316,25
Locação Financeira - Santander Contrato nº2011/093086/01	14.923,92	0,00
Total	2.402.020,77	1.524.736,40

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de "Empréstimos bancários" corresponde a uma conta corrente caucionada no Banco Espírito Santo, cujos juros se vencem trimestralmente a taxas de mercado.

Fornecedores/clientes/outras contas a receber e a pagar/Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de fornecedores/clientes/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2011
Activos		
Cientes		
Cientes conta corrente	295.200,56	348.043,03
Cientes	279.939,40	294.994,06
Alunos	15.261,16	53.048,97
Cientes cobrança duvidosa	147.915,22	63.457,08
Cientes	99.254,64	61.107,08
Alunos	48.660,58	2.350,00
Perdas por imparidade acumuladas	94.900,32	63.368,74
Cientes	70.077,80	61.018,74
Alunos	24.822,52	2.350,00
	348.215,46	348.131,37
Outras contas a receber		
João Machado Dias, Lda	22.088,00	22.088,00
Ergsilva, Lda	15.101,90	0,00
Devedores diversos	15.689,49	12.547,40
Perdas por imparidade acumuladas	5.783,63	5.583,63
	47.095,76	29.051,77
Total do activo	395.311,22	377.183,14
Passivos		
Fornecedores		
Fornecedores conta corrente	235.348,11	315.412,71
Fornecedores recepção e conferência	762,71	4.559,33
	236.110,82	319.972,04
Adiantamentos de clientes	53.156,71	48.654,65
Outras contas a pagar		
Fornecedores de investimentos	57.252,84	66.975,13
Remunerações a pagar ao pessoal	169.096,19	66.693,93
Remunerações a liquidar	311.139,56	298.190,94
Juros a liquidar	11.350,56	8.143,68
Credores diversos	20.872,04	31.498,72
	569.711,19	471.502,40
Total do passivo	858.978,72	840.129,09
Total líquido	-463.667,50	-462.945,95

Estado e Outros Entes Públicos

Descrição	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2011
Retenção de impostos sobre rendimentos	46.303,73	40.963,81
Imposto sobre o valor acrescentado	35.488,53	35.925,33
Contribuições para a Segurança Social	99.907,02	81.942,06
Caixa Geral de Aposentações	493,87	95,93
ADSE	1.870,88	329,78
Total	184.064,03	159.256,91

Em 31 de Dezembro de 2012, não existiam dívidas ao Estado em situação de mora.

Participações Financeiras – Método Equivalência Patrimonial

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2012, o movimento ocorrido nas rubricas Investimentos Financeiros, foi o seguinte:

	Saldo 01/01/2012	Aquisições	Movimentos	Varição nos Resultados	Saldo 31/12/2012
Participações de Capital	5.214,60			536,31	5.750,91
Empréstimos Concedidos	579,32		391,81		971,13
	5.793,92	0,00	391,81	536,31	6.722,04

16 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

16.1 – Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Gastos com pessoal	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011
Vencimentos	1.578.811,84	1.535.606,23
Encargos s/ remunerações (Seg. Social/CGA/ADSE)	335.810,24	313.274,35
Subsídio de alimentação	111.815,02	109.159,78
Seguros de acidentes de trabalho	14.934,48	15.345,67
Indemnizações ao Pessoal	1.228,32	2.460,48
Estágios profissionais		16.250,01
Formação	795,00	121,00
Custos de acção social	6.585,60	6.656,81
Horas extraordinárias	5.335,74	6.093,29
Medicina, Higiene e Segurança no Trabalho	6.264,34	4.470,94
Ajudas de custo	9.281,50	999,99
Outros	709,53	1.648,31
Total	2.071.571,61	2.012.086,86

O número médio de empregados no exercício foi de 106.

16.2 – Número de membros dos órgãos directivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro.

O Conselho Directivo é constituído por sete elementos, não tendo ocorrido alterações no período de relato financeiro.

16.3 – Informação sobre as remunerações dos órgãos directivos.

O Presidente do Conselho Directivo desempenha, a tempo inteiro, o cargo de Administrador-Delegado, único cargo remunerado, cujas remunerações ilíquidas ascenderam a 64.334,70€.

Os restantes elementos do Conselho Directivo, por decisão dos próprios, não recebem senhas de presença ou quaisquer outros abonos.

17 – OUTRAS INFORMAÇÕES

17.1 - Fornecimentos e Serviços Externos

	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011
Honorários	384.593,34	376.472,63
Vigilância e segurança	12.176,03	34.972,74
Trabalhos especializados	125.823,17	53.567,36
Limpeza, higiene e conforto	61.683,07	65.060,81
Publicidade e propaganda	1.249,00	12.206,69
Seguros	29.859,24	32.955,41
Conservação e reparação	19.551,15	28.695,19
Electricidade	38.290,37	32.372,95
Comunicação	40.412,60	33.926,38
Material de escritório	5.298,94	5.987,35
Sub-contratos	6.810,97	2.539,00
Água	4.172,43	4.012,59
Rendas e Alugueres	73.677,76	60.786,67
Deslocações e estadas	19.777,73	9.024,80
Combustíveis	7.227,96	4.401,74
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	7.705,15	5.568,66
Material para exposições	9.051,79	4.024,55
Transporte de mercadorias e pessoas	10.312,54	7.577,14
Comissões	200,00	1.975,00
Despesas de representação	684,04	537,42
Livros e documentação técnica	1.587,76	423,43
Contencioso e Notariado	3.131,60	1.162,20
Outros Fluidos (gás)	689,39	573,25
Matérias primas / Consumíveis	39.287,06	17.405,83
Outros	42.443,23	13.476,64
	945.696,32	809.706,43

Dos montantes mencionados nas Rubricas Honorários e Trabalhos Especializados, € 269.984,71 correspondem a honorários pagos a professores no âmbito dos cursos ministrados pela Fundação.

17.2 – Trabalhos para a Própria Entidade

	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011
Equipamento para Loja Técnica	2.208,87	33.068,43
Restauro do Acervo do Museu	31.676,55	16.722,28
	33.885,42	49.790,71

17.3 – Subsídios à Exploração

	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011
Estado e Outros Entes Públicos		
Ministério da Cultura	0,00	200.000,00
I.E.F.P.	611,12	14.404,87
Fundação para a Ciência e a Tecnologia	300,00	800,00
	911,12	215.204,87
De Outras Entidades		
Grupo Banco Espírito Santo	640.860,00	615.300,00
Cª. SegurosTranquilidade	109.823,24	124.841,39
Fundação Portugal Telecom	0,00	4.000,00
Amigos da FRESS	600,00	800,00
Fundação EDP	74.059,37	70.536,25
Esegur	33.825,00	0,00
Ascendi Group SGPS, S.A.	40.000,00	0,00
Readsystem - Tecnologias de Informação, Lda	20.910,00	0,00
NG Oficina de Porcelanas, Lda	1.820,40	0,00
	921.898,01	815.477,64

17.4 - Outros gastos e perdas/Outros rendimentos e ganhos

	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011
Outros gastos e perdas		
Impostos indirectos	89.896,10	70.666,00
Taxas	834,42	1.177,86
Perdas em inventários	0,00	3.414,01
Correcções relativas a exercícios anteriores	1.085,52	22.487,43
Quotizações	1.212,08	1.625,04
Ofertas de inventários	1.290,62	3.449,10
Multas e penalidades	135,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	67.095,75
Indemnização - Processos Judiciais	5.223,12	12.478,71
Outros gastos e perdas	200,76	2.012,23
Gastos e perdas em Invest. Não Financeiros - Abates	66.302,00	0,00
Contribuições Seg.Social Entidade Contratante	3.822,66	0,00
Insuficiência para estimativa de impostos	387,94	0,00
	170.390,22	184.406,13
Outros rendimentos e ganhos		
Sobras em inventários	0,00	4.512,01
Alienações activos fixos tangíveis	0,00	1.219,51
Subsídios para investimentos	41.583,59	43.180,50
Correcções relativas a exercícios anteriores	2.646,80	16.305,31
Outros rendimentos e ganhos	2.619,53	14.502,98
	46.849,92	79.720,31

17.5 - Gastos e perdas de financiamento/ Juros, dividendos e outros rendimentos similares

	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011
Gastos e perdas de financiamento		
Juros suportados Empréstimos Bancários	103.245,13	53.685,31
Juros de mora e compensatórios	534,44	1.815,64
Outros gastos e perdas de financiamento	1.290,70	10.448,75
	105.070,27	65.949,70
Juros e outros rendimentos similares		
Outros Rendimentos	2.947,46	0,00
	2.947,46	0,00

17.6 - Diferimentos

Diferimentos	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2011
Activos		
Gastos a reconhecer		
Seguros	9.739,38	6.989,02
Gastos a reconhecer - Econmato	20.662,45	0,00
Rendas e alugures	4.616,98	4.670,24
Outros	328,74	649,98
Total	35.347,55	12.309,24
Passivos		
Rendimentos a reconhecer		
Monografia e ourivesaria	5.505,75	5.505,75
Livros Iguarassú	29.500,60	29.500,60
I.E.F.P. - Apoio à contratação	-0,04	611,08
Estado-Maior General das Forças Armadas	0,00	33.250,00
Total	35.006,31	68.867,43

17.7 – Fundos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2012, o Fundo de Património da Fundação ascendia a € 9.807.902,38, montante que resulta da valorização dos bens afectos à actividade da Fundação à data da sua constituição (Edifício do Museu e Património Artístico), doados pelo seu fundador, Senhor Dr. Ricardo do Espírito Santo Silva, aos quais foi atribuído à data da constituição da Fundação o valor de, aproximadamente, € 1.740.805,00.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, o movimento ocorrido nas rubricas de Fundos Patrimoniais foi o seguinte:

Rubricas	Fundos Patrimoniais			
	Saldo Inicial	Movimentos	Aplicação do Resultado	Saldo Final
Fundo de Património	9.807.902,38			9.807.902,38
Reservas legais	15.549,96			15.549,96
Outras reservas	2.621.845,46			2.621.845,46
Excedentes de revalorização	14.841.822,38			14.841.822,38
Outras variações nos Fundos	22.508.474,02	(41.583,59)		22.466.890,43
Resultados transitados	(17.381.612,98)		(456.397,65)	(17.838.010,63)
Resultado líquido do período	(456.397,65)	(954.090,17)	456.397,65	(954.090,17)
	31.957.583,57	(995.673,76)	0,00	30.961.909,81

O movimento ocorrido na rubrica de Outras variações nos fundos patrimoniais resulta da imputação a resultados da quota-parte de subsídios ao investimento no montante de € 41.583,59.

A rubrica de Excedentes de revalorização respeita à reavaliação do acervo do museu e edifício e terreno do museu e do Instituto de Artes e Ofícios, efectuada ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, no montante de € 14.677.219,07 e à reavaliação, efectuada em 1985, ao abrigo do Decreto-Lei nº 399-G/84, do edifício onde se encontra localizado o Museu da Fundação e do respectivo terreno, no montante de € 164.603,31.

Do valor da rubrica de Outras reservas no montante de € 2.621.845,46, € 1.870.492,11 correspondem a um subsídio extraordinário concedido pelo Ministério das Finanças em 1997, para redução do passivo bancário da Fundação. Este subsídio extraordinário, foi directamente depositado no Banco Espírito Santo de forma a reduzir a conta corrente mantida com aquela entidade. Dado não se destinar a financiar actividades correntes ou despesas de funcionamento da Fundação, o mesmo foi registado directamente no capital próprio.

Do valor da rubrica de Outras variações nos fundos patrimoniais, no montante de € 22.466.890,43, € 18.000.000,00 correspondem a um subsídio extraordinário concedido pela Secretaria-Geral do Tesouro - Ministério das Finanças e pelo Banco Espírito Santo, em partes iguais, para liquidação do valor da dívida bancária da Fundação. Este subsídio extraordinário, como não se destinou a financiar actividades correntes ou despesas de funcionamento da Fundação, foi registado directamente no capital próprio.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

[Assinatura]

O CONSELHO DIRECTIVO

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]